

# O primeiro Procurador-Geral: João Baptista Felgueiras<sup>[\*]</sup>

Luís Felgueiras

*Procurador-geral adjunto*

[\*] O texto ora vindo a lume resulta, com as necessárias adaptações e algumas (curtas) actualizações, de uma conferência proferida na *Sociedade Martins Sarmento*, em Guimarães, a 10-12-2016, por ocasião de uma sessão comemorativa assinalando os 40 anos da Constituição de 1976. E encontra-se já publicado, na sua versão original, na *Revista de Guimarães*, pertença da mesma *Sociedade*, com o n.º 126/127, anos 2016/2017. O compromisso

então assumido obstava a que fosse publicado noutras edições, restrição que mais tarde cessou. A Direcção da *Revista do Ministério Público* entendeu, ainda assim, que se justificava a publicação, considerando, benevolmente, cremos, que o texto mantinha interesse e actualidade; aqui fica, portanto, à consideração dos leitores. Com a nota, apenas, de que se introduziram alguns aditamentos colhidos da (valiosa) obra entretanto publicada, em Março

de 2020, da lavra dos Prof. Doutores VITAL MOREIRA e JOSÉ DOMINGUES (*No Bicentenário da Revolução Liberal*, Porto: Porto Editora, 2020), e de que se fará a devida menção no local próprio. Obra essa, lembre-se, em boa hora inspirada, como o nome indica, no ducentésimo aniversário da Revolução liberal de 1820, efeméride que, em nossa modesta opinião, não mereceu, de quem de direito, o justo relevo.

---

---

SUMÁRIO: I. INTRODUÇÃO. II. OS PRIMEIROS TEMPOS – NOTAS PESSOAIS. III. VIDA PÚBLICA, PROFISSIONAL E POLÍTICA.

---

---

## I. INTRODUÇÃO

Sob o meritório impulso da *Sociedade Martins Sarmento*, em Guimarães, decidiram os responsáveis desta já venerável agremiação evocar o 40.º aniversário da vigência da Constituição de 1976 para o efeito recordando alguns dos mais ilustres juristas que Guimarães viu nascer e que, mesmo em tempos de antanho, por vezes com mais de dois séculos, deram contributos memoráveis, ainda hoje, para que o império da Lei e do Direito se fosse lentamente alicerçando. No fim de contas, o “progresso dos povos” a que aludiu Paulo VI na sua notável encíclica *Populorum Progressio*.

Por razões de vária ordem, que, para efeitos desta publicação, pouco importam, associamo-nos ao evento e dedicamos algum do

nosso tempo ao estudo da vida e obra do Conselheiro João Baptista Felgueiras, primeiro Procurador-Geral do nosso país, então designado “Procurador-Geral da Coroa”.

Sobretudo para o Ministério Público mas igualmente para a história judiciária do nosso país, o relevo do tema apresenta-se, cremos bem, indiscutível. Não evidentemente pelo valor deste pequeno trabalho – que reflectirá as óbvias limitações do seu autor e a escassez das fontes históricas – antes sim pela figura em causa e pelo marco indelével que representa na vida desta magistratura.

## II. OS PRIMEIROS TEMPOS – NOTAS PESSOAIS

João Baptista Felgueiras nasceu na Quinta de Cedofeita, freguesia de S. Miguel do Castelo, em Guimarães, no dia 6 de Abril de 1787, sendo baptizado – como era costume da época – logo a seguir, no dia 9, na respectiva Igreja. Era filho de Manuel José Baptista Felgueiras e de D. Rita Clara Cândida. A formação e o percurso de vida e profissional do pai seguramente o influenciaram: na verdade, Manuel José Baptista Felgueiras, além de Cavaleiro da Casa Real, membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, de Cavaleiro da Ordem de Cristo, de Deputado da Mesa de Consciência e Ordens e de Deputado à Cortes Gerais Extraordinárias de 1820, havia sido *juiz de fora* em Torre de Moncorvo e, depois, Desembargador da Casa da Suplicação, na altura o órgão máximo da hierarquia judicial e antecessor do Supremo Tribunal de Justiça, mais tarde criado.

Como seria de esperar, dadas as circunstâncias referidas, João Baptista Felgueiras cursou os estudos universitários em Coimbra, habilitando-se como bacharel formado em Leis, em 1808, e em Direito, em 1809, na respectiva Faculdade, única aliás na altura pois que a de Lisboa só surgiria com o advento da 1.ª República. A par disso, e na sua terra natal, era nomeado pelo Cabido da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, tenente

da 1.<sup>a</sup> Companhia do “Batalhão de Privilegiados das Tábuas Vermelhas”<sup>[1]</sup>. Durante o curso recebeu o prémio de melhor aluno em 1805, dado este que localizámos na consagrada obra “Dicionário do Vintismo”<sup>[2]</sup>.

Dos aspectos pessoais que mereçam referência cumpre salientar, em breves traços, que João Baptista Felgueiras teve sete filhos. Seis de D. Maria do Carmo Moreira de Sousa: João (o *júnior*), nascido em 1835, Manuel Augusto, nascido em 1837, Francisco Pedro, nascido em 1840, Joana Emília, nascida em 1842, Nicolau Máximo, nascido em 1845, e José, nascido em 1848; e de uma outra senhora, irmã do Conde de Azenha, teve uma filha, Emília Eugénia Felgueiras. Elementos estes colhidos do seu segundo testamento, que elaborou em 13-8-1846, menos de dois anos antes da sua morte, ocorrida em 13-3-1848. De notar ainda que esta disposição testamentária – ainda anterior, lembre-se, à vigência do Código Civil de Seabra, ocorrida em 1867 – substituiu uma anterior, elaborada meia dúzia de anos antes, quando ainda não haviam nascido os dois descendentes mais novos. E de ambos os documentos – que se acham guardados na Casa da Seara, em Caldelas, Guimarães – se infere que, apesar de não gerados num matrimónio reconhecido, não deixou João Baptista Felgueiras de assumir em devido tempo a paternidade da sua descendência, o que ali reiterou de forma inequívoca. E, segundo os costumes e leis da época, nomeou único e universal herdeiro o seu filho mais velho, João, a quem incumbiu, todavia, de executar uma pormenorizada série de obrigações de sustento, guarda e apoio aos restantes familiares mais próximos.

Viveu longo tempo em Lisboa João Baptista Felgueiras, parte dele na Rua do Quelhas e na Rua do Passadiço, parte em Paço de Arcos, já que assim o exigia quer a sua vida pública – da qual, em

[1] Segundo informa a base de dados “pt.wikipedia.org”.

[2] Zília Osório de Castro, *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo*

(1821-1823), Lisboa: Texto Editores/Assembleia da República, 2002.